

SESSÕES DO PLENÁRIO

95ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 19 de outubro de 2009.

PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO

À hora regimental verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Antônia Pedrosa, Arthur Maia, Capitão Tadeu, Cleide Vieira, Clóvis Ferraz, Eliedson Ferreira, Elmar Nascimento, Emério Resedá, Euclides Fernandes, Gaban, Getúlio Ubiratan, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Heraldo Rocha, Ivo de Assis, J. Carlos, Javier Alfaya, João Bonfim, João Carlos Bacelar, Joélcio Martins, José Nunes, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Argôlo, Marcelo Nilo, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Marizete Pereira, Misael Neto, Nelson Leal, Neusa Cadore, Paulo Azi, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Alcântara, Prof. Valdeci, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Sandro Régis, Sérgio Passos, Virgínia Hagge e Yulo Oiticica. (45)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

(O Sr. Presidente procede à leitura do Expediente.)

OFÍCIOS

Da Dep. Marizete Pereira, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 06 e 07/10/2009, em razão de tratamento de saúde, conforme atestado médico anexo.

Do Dep. Bira Corôa, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 03, 17, 21, 22, 24 e 28/09/2009, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Dep. Álvaro Gomes, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 12

e 19/08/2009, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente. Com a palavra o nobre deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, demais deputados, na última sexta-feira nós estivemos na cidade de Porto Seguro realizando uma audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública, definida em reunião anterior, para discutirmos a violência no Extremo Sul e também na cidade de Porto Seguro.

Evidente, que um dos temas mais abordados durante a audiência foi o assassinato de Álvaro Henrique e Elisnei Pereira, dois sindicalistas que foram brutalmente assassinados naquela cidade durante o momento de mobilização dos professores, durante o momento da realização de uma greve dos professores. Esse assassinato deixou indignada toda a população, os professores compareceram à audiência em massa para exigir a punição dos verdadeiros culpados.

Quero deixar aqui registrado que desde o início, no momento que nós soubemos do assassinato dos dois sindicalistas, comunicamos imediatamente o fato ao secretário da Segurança Pública para que tomasse as devidas providências. E, justiça seja feita, a Secretaria da Segurança Pública tem desenvolvido todos os esforços possíveis para apurar essa grave ocorrência. Na realidade, nós entendemos que o assassinato dos dois sindicalistas, o presidente da APLB e também o secretário da APLB, no caso Álvaro Henrique e Elisnei Pereira, foi uma tentativa de assassinar o estado democrático de direito, de assassinar a luta por justiça social, de assassinar a democracia. Isso é inaceitável em pleno século XXI.

A audiência pública foi bastante representativa. Tivemos as presenças dos deputados Gaban, Capitão Tadeu, eu próprio; tivemos a presença também do delegado Evy Paternostro que representou o secretário da Segurança Pública e também o Comandante da Polícia Militar; tivemos presenças importantes de outras personalidades da Polícia Militar, como o Coronel Maurício Santos, do 8º Batalhão da Polícia Militar; do presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB local; do representante da CUT, Joel Almeida; do atual presidente da APLB, Jurandir Nascimento e muitos vereadores, a maioria da Câmara de Vereadores estava lá presente, além dos familiares dos professores e da população de uma maneira geral.

Portanto, foi uma audiência bastante representativa onde discutimos sobre a violência de uma maneira geral e também debatemos sobre o assassinato dos sindicalistas em pleno século XXI, que consideramos de extrema gravidade. Naturalmente, as investigações estão correndo de forma sigilosas. E a expectativa é a de que os mandantes desses crimes sejam, realmente, condenados. Não podemos aceitar, repito, que em pleno século XXI ainda se tente cercear o estado democrático de

direito. O assassinato desses dois sindicalistas buscou calar a voz de trabalhadores que estavam lutando por melhores salários, melhores condições profissionais, enfim, por uma vida melhor para todos nós. Portanto esses crimes merecem o repúdio de todos os democratas da Bahia e do Brasil.

Pois bem, essa audiência pública em Porto Seguro foi bastante proveitosa, contando com a participação de muitas personalidades e entidades que a prestigiaram.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar, por até 5 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, a Oposição alertou aqui várias vezes sobre os equívocos do chamado Projeto do Fisco, patrocinado pelo secretário estadual da Fazenda, Carlos Martins. Tal projeto teve aqui, deputado Heraldo Rocha, o apoio, entre outros, do deputado Álvaro Gomes.

Deputado Carlos Gaban, V.Ex^a foi um dos parlamentares que mais criticou e lutou para que esse projeto não fosse aprovado, pois traria – e já indicando que trará – sérios prejuízos para os cofres públicos.

Pois bem, no último dia 30 de setembro um agente de tributos ingressou na Justiça com a primeira ação pedindo isonomia salarial. É o trem da alegria de Wagner na Secretaria da Fazenda! É o trem da alegria do PCdoB na Secretaria da Fazenda! Vejam, esse projeto transformou, sem concurso, agentes de tributos em auditores fiscais. Isso já está tendo o primeiro reflexo com esse pedido de liminar. A Justiça negou, mas o processo continua. Com certeza, os agentes de tributos serão vitoriosos, o que colocará em risco as já combalidas finanças do Estado.

Temos à frente da Sefaz uma pessoa que não tem a bagagem técnica para ser secretário da Fazenda do Estado da Bahia. Ele é um guarda-livros. Repito, um guarda-livros! E foi esse guarda-livros o grande patrocinador desse trem da alegria.

Por justiça, temos de registrar que o Instituto dos Auditores Fiscais-IAF chamou a atenção, desde que tal projeto foi encaminhado a esta Casa, para as consequências que viriam em decorrência de ações que seriam propostas na Justiça reivindicando essa isonomia.

Outras ações devem surgir. Caso os agentes de tributos ganhem essas causas, as finanças do Estado, que já se encontram numa grave crise, vão ficar ainda mais combalidas. As diferenças entre os agentes de tributos e os auditores fiscais começavam, exatamente, nas funções que foram bastante aproximadas com as mudanças propostas pelo governo Jaques Wagner. Enfim, esse projeto enviado pelo governo a esta Casa, e aprovado pela base governista, criou essas brechas para ações judiciais.

Nós da Oposição alertamos para essa situação, mas não fomos ouvidos

E deveríamos, aqui, acatar a sugestão dada por um blog desta cidade, para que o secretário da Fazenda, Carlos Martins, e o PCdoB criem um fundo dos seus próprios bolsos para fazer frente às investidas dos agentes de tributo na Justiça, que

deverão ocorrer, contra os cofres públicos baianos.

Este é mais um exemplo da irresponsabilidade, este é mais um exemplo de que o governo Wagner subordina os interesses do Estado aos seus interesses políticos e politiquieiros.

O deputado Álvaro Gomes, o PCdoB e a Base do governo têm responsabilidades com esse grave crime financeiro que é cometido contra os interesses do povo baiano.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Gildásio Penedo Filho.

Na ausência, com a palavra o deputado Gaban, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, vou tocar no mesmo assunto que o deputado João Bacelar acabou de colocar aqui. Nós alertamos! Não houve falta de alerta! Dissemos que, patrocinado pelo PCdoB e pelo secretário Carlos Martins, o verdadeiro guarda-livros do Estado da Bahia, porque, como secretário da Fazenda, não conhece nada da Pasta, impuseram à Bancada do governo nesta Casa a aprovação de um projeto inconstitucional, mas que dava aos agentes de tributo as atribuições para exercerem as mesmas funções dos auditores fiscais.

Àquela época, dizíamos da inconstitucionalidade e que a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, se tivesse a desfaçatez e o descompromisso com a Constituição do Estado da Bahia, a qual juramos respeitar, estaria patrocinando um verdadeiro trem da alegria na administração do Estado da Bahia.

Mais uma vez, infelizmente, tínhamos razão. Deu entrada na Justiça, dia 30, o primeiro agente de tributo, da série que seguirá esse caminho, com um pedido de isonomia salarial. E eu pergunto: quem é que vai pagar a conta, será a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia ou o secretário Carlos Martins, juntamente com o PCdoB? O povo da Bahia é que não pode pagar essa farra com o dinheiro público! Isso é inadmissível!

Mesmo com todos alertas que fizemos à Bancada governista, que hoje está ausente... talvez por falta das assessoras de Rui Costa, que não estão aqui, pressionando, pois se estivessem, eles estariam aqui, de cabeça baixa. Talvez estejam envergonhados dessa primeira ação de um agente de tributo, que entrou na Justiça, pedindo isonomia salarial.

E digo mais, deputado Heraldo Rocha, nesta semana mais um absurdo está passando aqui, na Casa, aos nossos olhos. Já cansamos de alertar, mas parece que não se tem ouvidos na Casa.

Para reafirmar o que temos dito aqui, na Casa, que na criação do subteto... Aqueles mesmos que quiseram dar uma aposentadoria precoce e eterna a Jaques Wagner, já que ele jogou a toalha, pois viu que não tem chances de reeleição, ao mesmo tempo, aqui, na Casa, querem criar um subteto, o qual estamos cansados de dizer que é inconstitucional.

Na semana passada, o Tribunal de Justiça da Bahia definiu que é

inconstitucional qualquer medida diferente. O salário teto na Bahia é o do desembargador, como estamos cansados de dizer nesta Casa.

Será que após uma decisão... Não se respeita a Constituição Federal, a Constituição Estadual, mas será que pelo menos agora, aos nossos olhos, uma decisão da semana passada, do Tribunal de Justiça da Bahia, que determina que o teto salarial no Estado da Bahia, como determinam as Constituições Federal e Estadual, é o teto do desembargador, quero ver, agora, se esta Casa, que só atende às determinações que vêm das assessoras de Rui Costa, vai, mais uma vez, se curvar, não só desrespeitando, mais uma vez, as Constituições Federal e Estadual, mas a decisão da semana passada do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

Espero que, depois de a Assembleia Legislativa, através da Bancada do governo, da Bancada de Jaques Wagner, ter aprovado aquele absurdo que é transposição patrocinada pelo PCdoB de Álvaro Gomes, que patrocinou que os agentes de tributos tivessem as mesmas atribuições dos auditores...

O trem da alegria começou, deputado Álvaro Gomes, patrocinado pelo seu partido, pelo incompetente Carlos Martins. É o trem da alegria pedindo isonomia salarial. Esse é o primeiro da enxurrada que vem, como tínhamos denunciado anteriormente. Talvez, por isso, a Bancada envergonhada aqui não veio, mas vamos ficar bradando, mostrando quem é que vai pagar...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. GABAN:- (...) a conta, é a Bancada do governo na Assembleia, é o PCdoB ou é o secretário guardador de livros, Carlos Martins.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Heraldo Rocha pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. HERALDO ROCHA:-Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, imprensa que nos dá a honra da presença, visitantes nas Galerias Paulo Jackson, minhas senhoras e meus senhores, em primeiro lugar, eu gostaria, Sr. Presidente, de parabenizá-lo por ter retirado o projeto da PEC que dava ao governador a aposentadoria em dois anos. Só não entendi, e tenho certeza de que V.Ex^a vai explicar, V.Ex^a ter dito que cinco deputados é que apresentaram essa PEC a V.Ex^a, sendo três do governo e dois da Oposição. Garanto a V.Ex^a que nenhum deputado da Oposição tenha me afirmado isso, mas, como V.Ex^a afirmou, a palavra de V.Ex^a tem fé de ofício.

Mas, Sr. Presidente, nesse final de semana, o jornal A Tarde também noticiou mais uma crise no governo. Ou seja, o secretário da Indústria e Comércio, Sr. James Correia, denunciou inicialmente que havia corrupção e - entre aspas - “inclusive uma quadrilha na Sudic, como também no Ibametro”. A Oposição não poderia, mais uma vez...

Recentemente, foi a denúncia sobre a Bahiapescas, e entramos com uma representação no Tribunal de Contas do Estado, no Ministério Público Estadual, no Ministério Público Federal e na Procuradoria Geral da República. Agora, é no

Ibametro e na Sudic, e também já autorizamos o nosso chefe do Departamento Jurídico da Liderança ingressar com uma representação no Ministério Público Estadual, no Ministério Público Federal e uma auditoria de contas no Tribunal de Contas do Estado.

Amanhã, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, estaremos em audiência, às 10h30min, no Ministério Público Estadual, onde levaremos as representações que já foram realizadas pela Bancada da Oposição, tratando de diversos temas, entre eles, as representações na Bahiapescas, no Ibametro e na Sudic. Posteriormente, faremos uma audiência no Tribunal de Contas do Estado, desde que já tivemos uma audiência com a presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, Meritíssima Desembargadora Dr^a Sílvia Zarif.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, ficamos sem entender como este governo acabou tão cedo, como jogaram a toalha em vários setores deste Governo.

E o mais grave é que essas denúncias só são formuladas quando termina uma aliança; exatamente essa aliança heterogênea, essa aliança que eu disse e afirmo aqui que é um balcão de negócios dentro do Governo. Ao sair um partido do Governo, começam a aparecer as denúncias. Por que não denunciaram antes?

Então significa ... não mudou-se o governador, o governador é o mesmo. Quem nomeia os secretários, quem nomeia os dirigentes de órgãos? Até que me provem o contrário, é o Excelentíssimo Sr. Governador. Ora, Sr. Governador, o senhor é o responsável.

Se havia convivência e se havia corrupção no Governo, de quem é a responsabilidade? É do governo, claro, cristalino.

Se havia corrupção na Bahia-Pescas, de quem é a responsabilidade? É do governo.

Se havia corrupção no Ibametro, de quem é a responsabilidade? É do governo.

Se havia corrupção na Sudic, de quem é a responsabilidade? É do governo.

Portanto, Sr. Governador, acredito que V.Ex^a terá a sensibilidade de chamar a atenção do seu Secretário. Não me consta qual é o partido do Secretário James Correia, eu não conheço. Muda-se tanto de Secretário neste Governo que, se perguntarem à própria Bancada do Governo de que Partido é fulano ou beltrano, ninguém sabe informar.

Portanto, quero registrar, como dissemos, Sr. Presidente, para concluir, pois no horário seguinte nós traremos mais uma grave denúncia a respeito de uma dispensa de licitação na Secretaria de Saúde do Estado, meu caro deputado Clóvis Ferraz.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Clóvis Ferraz, Presidente da Unale, pelo tempo de até cinco minutos.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Sr^{as} e Srs. Jornalistas, Srs. nas Galerias Paulo Jackson, teleouvintes da TV

Assembleia, mais uma vez nós voltamos aqui para ressaltar o que nós chamamos de propaganda enganosa do Governo.

Andamos pelo interior do Estado e em outdoors, faixas, rádios, jornais, enfim, todos os meios de comunicação são diversos lançamentos de obras e serviços que, na verdade, não condizem com a realidade do que está acontecendo.

Nós vimos o Governo anunciando que são dois milhões de pessoas beneficiadas pelo Água para Todos. Já desafiei aqui para que apresentem quais são as localidades que estão sendo beneficiados.

Nós andamos pelo interior do Estado, vimos placas, outdoors, anunciando, por exemplo: Salvador está recebendo 90% de saneamento; 90% da população de Salvador beneficiada com saneamento, e o governo não diz que os Governos anteriores deixaram Salvador com 82% de saneamento, através de ligações domiciliares de esgoto sanitário.

Anuncia que em Vitória da Conquista o saneamento beneficia 85% da população; esquece de anunciar que o governo anterior deixou com 65%.

Nós chamamos isso de propaganda enganosa. É preciso que o Ministério Público tenha conhecimento, é preciso que a Imprensa registre isso. Não é possível. Os órgãos de defesa do consumidor têm de estar atentos porque não podemos entender, e não entendemos, como o Governo anuncia obras que não são realidade.

Não estamos aqui desconhecendo que o governo está fazendo alguma coisa para o saneamento, e nas estradas, mas, só que não são os números apresentados na propaganda, na mídia do governo.

É totalmente enganosa a propaganda. O governo está fazendo algum saneamento em Salvador – não estamos dizendo que não está! – e anuncia a construção de 17 mil moradias! Ora, o governo Paulo Souto assinou com a Caixa Econômica Federal mais de 15 mil convênios para construção de casas através da Medida nº 460, que é um programa do governo federal, e o o Estado deu a contrapartida de R\$ 1.500,00 por cada casa. Só na superintendência da Caixa Econômica de Itabuna foram assinados 11 mil convênios para a construção de 11 mil casas, beneficiando 11 mil famílias, e o governo Paulo Souto pagou R\$ R\$16,5 milhões de contrapartida, antecipadamente.

As casas que estão sendo construídas referem-se à medida nº 518, que é também um programa do governo federal, sem, entretanto, contrapartida do governo do Estado. Mas este anuncia que está construindo as tais casas. Chamamos isso de propaganda enganosa, pois isso é querer enganar a opinião pública. Não entendemos por que este governo faz esse tipo de propaganda, e é preciso que providências sejam tomadas para que a população não fique à mercê de uma propaganda que não retrata a realidade.

O governo deve fazer, sim, a propaganda dos seus programas e projetos, mas daquilo que está sendo efetivamente realizado. Ele deve fazer propaganda das estradas que estão sendo recuperadas, das casas que estão sendo construídas, se existir alguma casa sendo construída com recursos somente do governo do Estado! Mas não estou vendo, em nenhum local, nenhuma casa sendo construída com

recursos do Estado. Desafiamos qualquer um a nos apresentar o número de famílias beneficiadas com o programa de habitação, de recuperação de estradas recuperadas e programa Água para Todos!

Vimos, outro dia, que o governo acabou com o Programa Cabra Forte e, depois, fez um novo programa no qual pôs nas orelhas dos caprinos a slogan do governo: “Bahia de todos nós.” Outro programa realizado pelo governo passado, o Prodecar, teve o nome mudado para Terra de Valor e agora para Homem de Valor...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Para concluir, Sr. Presidente, esperamos que o governo não vá pôr na orelha das famílias também o seu slogan “Bahia de todos nós.”

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Grande Expediente.

O horário era do PR, mas, como não houve nenhuma indicação, ficará sem orador.

Horário das Representações Partidárias.

Com a palavra o Líder do PSC para falar, ou indicar o orador, pelo tempo de 10 minutos. (Pausa) Tendo em vista que o PSC está sem Líder, numa deferência ao partido, nessa fase de transição, dou a palavra a qualquer um deputado do partido que queira se pronunciar, entretanto o PSC precisa, urgentemente, indicar um Líder e um Vice-Líder. Vou abrir esse precedente em apreço aos deputados do PSC, mas gostaria de fazer-lhes um apelo para que os os Líderes sejam indicados, provisoria ou definitivamente.

Com a palavra a deputada Cleide Vieira, para para falar ou indicar o orador.

A Sra. Cleide Vieira:- Obrigada, Sr. Presidente.

Para falar, no horário do PSC, indico os deputado Heraldo Rocha e João Carlos Bacelar, ambos por cinco minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Heraldo Rocha, pelo tempo de até cinco minutos.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Srs. Deputadas, Srs. Deputados, como afirmamos há pouco, na semana passada determinamos à nossa assessoria que realizasse um levantamento das dispensas de licitação feitas pelo governo Jaques Wagner. E, hoje, eu e o deputado João Carlos Bacelar trazemos mais uma denúncia gravíssima, a qual esperamos que este governo possa responder.

Na semana passada, denunciou-se aqui que a Secretaria da Fazenda do Estado-Sefaz, contratou uma empresa de consultoria de Minas Gerais, por R\$ 3,6 milhões, para dar treinamento de qualificação e requalificação aos seus servidores, com dispensa de licitação. Será que, na Bahia, não existe nenhuma instituição que possa atuar no ensino superior e de extensão? Mas essa pergunta não foi respondida

por este governo.

(Lê) “Através de pesquisa no Diário Oficial, foi publicado no dia 03/10, Dispensa de licitação nº 066/2009, objetivando a contratação de Serviços Comuns – Conservação, Limpeza e Apoio Operacional para a Secretaria de Saúde do Estado. Através do processo de Dispensa foram contratadas três empresas para prestar tais serviços, no valor global de mais de R\$21,0 milhões (R\$21.590.577,20), cuja vigência do contrato de prestação de serviços de limpeza é de 180 dias.

Pergunta-se: Como contratar um serviço de limpeza, onde existem inúmeras prestadoras, no valor de R\$21,0 milhões pelo processo de Dispensa de Licitação? Onde está a livre concorrência de mercado. Pois no processo de dispensa, a administração escolhe as empresas, a escolha fica a critério da administração, e não uma concorrência entre fornecedores, onde serão disputados os melhores preços e qualidade dos serviços.

Mas, para nossa surpresa, deputada Cleide e dep. João Bacelar no mês de março, ou seja, há pouco mais de 6 meses, exatamente no dia 27 de março foi publicado o Processo de Dispensa de licitação n.º 016/2009, com o mesmo objetivo e a contratação das mesmas empresas, só que no valor global de R\$14.874.957,05, e pelo mesmo prazo de 180 dias.

Será que a Secretaria de Saúde não tem competência para proceder e concluir um processo licitatório? Claro, é mais fácil utilizar o artifício da dispensa. Mas, e a legalidade deste processo, pois já decorreu mais de um ano, não se justifica mais a emergência, pois em 2008, no mês de abril e outubro, ocorreram os mesmos procedimentos, e contrataram a empresa Alternativa Serviços e Empreendimentos Ltda.”

Srª Presidenta, deputado Maria Luiza, a partir de agora a nossa Bancada trará diversas situações como esta. Além desse governo gastar mal, gasta sem licitação. Com a palavra o Tribunal de Contas do Estado. Nós da Bancada entraremos com a representação para que possa investigar mais esse processo, que precisa ser investigado dentro do Tribunal de Contas do Estado.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Srª PRESIDENTA (Maria Luiza):- Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Srª Presidenta, deputado Maria Luiza, deputada Cleide, Srs. Deputados, infelizmente a Bancada do governo não vem a esta Casa para ouvir a grave denúncia que o deputado Heraldo Rocha acaba de fazer. É uma denúncia gravíssima, deputada Maria Luiza, em qualquer aparelho de Estado. Menos na Bahia, porque aqui tem uma quadrilha instalada no governo do Estado.

Quem diz isso, deputado Clóvis Ferraz, não sou eu, foi o secretário da Indústria e do Comércio, porque só uma quadrilha, só uma quadrilha para justificar estas dispensas de licitação que o deputado Heraldo Rocha citou aqui: dispensas de licitação na Secretaria da Saúde, as quais remontam a abril de 2008, deputado Clóvis

Ferraz, quando o Sr. Secretário da Saúde, Dr. Jorge Solla, dispensou licitação no valor de R\$13 milhões para serviços de limpeza, e foi a Alternativa que recebeu esse presente! Em outubro de 2008, outra dispensa de licitação no valor de R\$13,8 milhões, aumentaram em R\$ 500 mil! Quem ganhou? Quem recebeu o presente? De novo a Alternativa. O secretário Jorge Solla está tendo muita “alternativa” em sua secretaria. Quando chegou março, os valores aumentando cada vez mais! Olhe, começou em abril de 2008, com R\$ 13 milhões e, em março de 2009, R\$21 milhões, aí com três empresas: Map, Sthil e Obracer. Ou seja, seis meses após a primeira dispensa de licitação, mais uma! E aí vão eles aumentando, já são quase R\$22 milhões! E quem ganha? Quem recebe? Qual é a “alternativa”? Map, Sthil e Obracer.

Este é um governo que não é ético, que vive com quadrilhas no seu interior, segundo o Secretário da Indústria e Comércio. É um governo quadrilheiro. Por quê? Quem é o responsável por ele? É lógico que é o Sr. Jaques Wagner. Se existia quadrilha lá no Inmetro, Ibrametro ou sei lá o que, quem é culpado? Quem nomeou e supervisiona!

Quem sabe se o governador não foi a alguma festa na qual estava instalada a quadrilha? E agora, com essas dispensas de licitação, continuadas, na Secretaria da Saúde, o governo já está terminando e, graças a Deus, para alívio do povo da Bahia, já tem o seu fim anunciado, formalmente, porque, do ponto de vista da realidade, já terminou!

Deputado Gilberto Brito, V. Ex^a, a quem tanto admiro e que tantas vezes me ajuda aqui e contribui para o o bom desempenho do meu mandato, disciplinando as minhas intervenções, o que diria se eu afirmasse, daqui da tribuna, que há uma quadrilha instalada, e não é de São João; não, mas de ladrões, no governo? Com certeza, quando descesse, iria me chamar, com toda razão, a atenção!

Pois bem, o Sr. Secretario da Indústria e do Comércio, cujo nome não sei, porque não participa de nada – o governador foi passear a Paris passear e levou consigo uma comitiva estranha para trazer indústrias, mas não o levou - disse que existe, ou existia, uma quadrilha de ladrões instalada dentro da administração estadual. Se estivéssemos num país sério, o secretário, hoje, ou levaria esses quadrilheiros para a cadeia ou seria preso.

Pois é esse o governo que a Bahia tem que se diz democrático, deputada Maria Luiza, ético e honesto! É essa a situação, deputado Álvaro Gomes, a que a Bahia chegou na qual V. Ex^{as} a puseram, porque, por um lado, estão os agentes de tributos, cujo trem da alegria vocês aqui fizeram aqui, já dando entrada a um processo na Justiça, deputado Gilberto Brito, para ser enquadrados como auditores, coisa que denunciemos e avisamos aqui, e, agora, para concluir, deputada Maria Luiza, por outro lado, está instalada uma quadrilha na Secretaria da Indústria e Comércio e existe um festival alternativo de dispensas de licitação na Secretaria da Saúde.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza):- Com a palavra o representante do PSDB

para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos. (Pausa) Não há orador.

Com a palavra o Líder da Maioria ou representante do PSL para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falará por todo tempo o deputado Gilberto Brito.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza):- Com a palavra o deputado Gilberto Brito pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. GILBERTO BRITO:- Sr^a Presidente, uma vez indicado pelo companheiro Álvaro Gomes para usar a tribuna nestes 10 minutos, ocorreu-me um assunto, deputado João Carlos Bacelar, que ao longo do final de semana tocou bastante o Brasil todo. E penso que é motivo para todos nós refletirmos sobre uma realidade que estamos a enfrentar no País, na Bahia – que evidentemente integra o País –, em todo canto.

A quadrilha que abateu o helicóptero utilizado pela Polícia do Rio de Janeiro no último sábado, com armas de forte poder de fogo, com armas provavelmente privativas do Exército, não somente brasileiro, como também das nações materialmente mais desenvolvidas do mundo, é motivo de grande preocupação de todos nós.

Considerando o modo e o estilo como coisas avançam e o comportamento violento, sobretudo, dos que dominam as áreas do tráfico de drogas – como estão a se comportar –, penso, deputado Clóvis Ferraz, ser o momento de refletirmos e procurarmos dentro do Parlamento caminhos para que todos os Poderes Executivos – desde o poder central, da Federação, como dos municípios – possam desenvolver métodos e caminhos para o combate próprio, consequente e eficaz dessa onda de violência que vem atormentando as famílias brasileiras.

Parece-me que algumas experiências ocorridas em outros lugares poderiam ser importadas e trazidas como práticas eficazes do combate. Creio que, talvez, se houvesse uma convocação plena do País todo, sobretudo, para os pontos de maior convergência da violência urbana, como o Rio de Janeiro, Salvador, Pernambuco, São Paulo, Ceará – já também acontecendo de forma relevante em Minas Gerais –, nada seria de desperdício, muito pelo contrário, seria de viável e de econômico, de uma eficiência própria para combater um equipamento que está ferindo a tranquilidade da sociedade brasileira.

Creio que talvez é chegado o momento de haver uma reflexão dentro das Forças Armadas com a coordenação do ministério próprio, com o pensamento voltado para o combate eficaz, que é chegado o momento de todas essas forças nacionais se unirem, se juntarem às forças dos estados para um combate efetivo ao tráfico de drogas que está transformando determinadas áreas das grandes cidades brasileiras em verdadeiros pandemônios, em verdadeiros campos de guerras urbanas. E isso vai a cada dia ensejando que nós brasileiros, sobretudo nós que somos responsáveis pelos destinos do Estado, pela atividade política e pública do País, temos que encontrar o caminho, senão o caminho pleno, temos que buscar algumas alternativas e sugestões para adoção de medidas eficazes próprias, contundentes, e

por que não dizer, até em determinado momento, com a mesma virilidade que a delinquência e a marginalidade estão a impor.

Então, deputado Bacelar, acredito é chegada a hora, quando os casos acontecem, de o Congresso Nacional, não só neste momento, procurar solução, também nós todos devemos refletir, precisamos saber onde haveremos de chegar com tanta violência que está sendo a cada dia uma crescente constante em todo o País. Se analisarmos a perspectiva de futuro de muitos jovens que não encontram o porto do trabalho, que não encontram o afinco, o campo firme para ocupação da mão-de-obra, que não encontram o lugar da qualificação para essa mão-de-obra, em qualificando não poderá ocupá-la, nós, por certo, estaremos fadados a um caos social. E isso poderá ser tardio sob pena de as consequências chegarem a um ponto insustentável.

O esposo de V.Ex^a, Sr^a Presidenta, é prefeito de uma cidade do porte e da problemática social que é Salvador. V.Ex^a, por certo, nos diálogos, nas discussões, nas preocupações e nas confabulações a respeito das questões sociais, muito bem tem ouvido do prefeito João Henrique o quanto é difícil cuidar de uma cidade com tantos problemas de ordem social. Isso tudo decorre em virtude do desalinhamento social que cada um de nós provoca, cada um de nós faz. E cada um de nós no exercício da tarefa pública, no exercício do mandato público tem o dever de pensar para encontrar a solução dessas questões.

Então, acredito que uma das coisas importantes não somente seria o combate direto, eficaz, forte, determinado, no mesmo limite do ímpeto da violência a polícia e o poder público têm que reagir de maneira frontal. Mas independente dessa posição, independente dessa ação, é preciso também que sejam desenvolvidas outras práticas para que os jovens que hoje estejam susceptíveis à sedução do tráfico de drogas, possam ser hoje, amanhã ou depois cooptados para essa guerra fria que acontece na disputa do tráfico de drogas, não ser vítimas futuras, senão na prática do crime que vive a arruinar a convivência social deles.

Gostaria de aproveitar este momento e conclamar para que os poderes públicos se juntem, se unam no firme propósito em determinado momento como agora aconteceu no Rio de Janeiro e há poucos dias aconteceu aqui quando por uma ação do Judiciário, por uma ação da Secretaria da Segurança Pública houve o convencimento de que se transferissem dos presídios de Salvador alguns presos que estavam manipulando e comandando o tráfico de drogas, fazendo dessa comando uma escola e um laboratório do crime.

É preciso que haja também uma convocação das forças de segurança do País todo, que se use o Exército, que se use a Aeronáutica, que se use a Marinha, porque possuem homens qualificados, homens orientados e formados também para os embates maiores. E se são formados, se são preparados para os embates maiores, eu acredito também que estejam preparados para o enfrentamento dessa realidade que está atemorizando, está intranquilizando o País todo.

Então, é preciso que despertemos, chamemos a atenção, e cada um de nós some os seus esforços para que possamos resgatar e restabelecer a paz e a harmonia nos grandes centros urbanos do Brasil. A desigualdade social é muito grande. Os que têm,

têm demais. Os que não têm, não têm de forma nenhuma. Isso choca. E quando choca, cria o atrito. E quando cria o atrito, o resultado única e exclusivamente é a violência que tem que ser solucionada de forma eficaz no combate, mas por outro lado também subsidiando os meios para que haja a estrutura melhor de uma juventude que possa ter um futuro de mais paz e harmonia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza):- Horário das Lideranças Partidárias.

Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PDT/PRB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr^a Presidente, falarei por todo o tempo.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza):- Por todo o tempo falará o deputado Álvaro Gomes.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr^a Presidente, eu queria, inicialmente, contestar o pronunciamento feito aqui por alguns parlamentares quando se referiram ao projeto do Fisco como sendo o “trem da alegria.” Primeiramente é preciso pontuar que o cidadão que ingressou com essa ação no Tribunal de Justiça é um agente de tributo que não pede equiparação salarial com auditor fiscal. Essa é a primeira questão que precisa ser esclarecida, até para que os parlamentares sejam mais cuidadosos na hora de fazer suas colocações.

Na realidade, o agente de tributo não pede equiparação com auditor fiscal. O que é que ele reclama na ação? E aqui não entro no mérito se ele está certo ou errado. A Justiça é que dirá isso. Mas o argumento que ele utiliza na ação que ingressou na Justiça é o de que essa questão do Fisco não estava regulamentada.

O Sr. Gaban:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ÁLVARO GOMES:- V.Ex^a está inscrito.

Por não estar regulamentada, o agente de tributo, no período que entendia que exercia as mesmas funções de auditor fiscal, ele pede a diferença naquele período. A partir de então, a partir da nova lei, continua com os mesmos direitos dos agentes de tributo. Essa é a questão. Ele solicita a diferença enquanto a lei não tinha sido aprovada aqui na Assembleia Legislativa. Enquanto a lei não tinha sido aprovada aqui na Assembleia Legislativa, o agente de tributo solicita a diferença considerando que ele exercia a mesma função. A partir da aprovação da lei aqui, ele passa a ter exatamente os mesmos direitos dos agentes de tributo. É isso que ele reclama.

O Sr. Gaban:- Os agentes de tributo?

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Agentes de tributo.

O Sr. Gilberto Brito:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Darei o aparte a V.Ex^a.

Só para entender e V.Ex^a prestar a atenção. Deixe eu esclarecer: enquanto não tinha sido aprovado aqui o projeto de lei, o agente de tributo que ingressou com essa ação entendia que ele exercia as mesmas funções de auditor fiscal. Ele ingressou com a ação não para equiparar-se com o auditor fiscal. Ele ingressou com uma ação

solicitando que, no período que a lei não tinha sido aprovada aqui, e que ele entende que exercia a mesma função do auditor fiscal. Ele reivindica essa diferença. A partir da aprovação da lei, ele não exige equiparação com auditor fiscal.

Os deputados Gaban e Gilberto Brito pediram um aparte. Só peço que sejam rápidos por causa do tempo.

Com o aparte o deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Deputado Álvaro Gomes, agradeço o aparte, até para que possamos debater o assunto.

Veja, é exatamente o que V.Ex^a está falando. Antes da lei, eles já queriam ter equiparação salarial alegando que exerciam a mesma função. Só que a Constituição é muito clara no seu art.37, quando diz que não se pode exercer a mesma função. E eles, os agentes de tributos, são auxiliares dos auditores fiscais, tanto que o concurso que fizeram exigia o nível médio de escolaridade.

Pois bem, agora esse agente de tributos entrou com o pedido isonomia salarial. Agiu assim porque a Assembleia aprovou um projeto inconstitucional dando atribuições de quem tem nível superior a funcionários com nível médio. Por isso, ele quer isonomia salarial.

Está bem pior do que era antes, porque anteriormente ele apenas achava que tinha direito – como assessor de auditor – de receber a mesma coisa. Agora, com esse projeto aprovado pela Maioria do governo nesta Casa, é um direito que ele tem. Tanto que esse agente entrou com essa ação no dia 30 de setembro requerendo isonomia salarial. Ou seja, é o verdadeiro trem da alegria, fato que já havíamos alertado há muito tempo.

Agradeço o aparte de V.Ex^a.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Com o aparte o deputado Gilberto Brito.

O Sr. Gilberto Brito:- Deputado Álvaro Gomes, anteriormente, quis dizer-lhe que no início do seu pronunciamento V.Ex^a cometeu um engano quando disse que os agentes de tributos estariam procurando isonomia com os agentes de tributos. Mas, posteriormente, o senhor fez a retificação.

Obrigado.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Voltando a esclarecer, quero deixar claro que antes da aprovação desse projeto muitas ações foram movidas pelos agentes de tributos pedindo equiparação.

E um dos argumentos que utilizávamos aqui era o de que, com a aprovação daquele projeto de lei regulamentando as atribuições dos agentes de tributos e dos auditores fiscais, essa situação ficaria muito mais clara. Ou seja, a aprovação dessa lei foi mais do que correta.

Antes, dezenas de agentes de tributos já haviam ingressado com ações pedindo equiparação. E agora V.Ex^as trazem esse exemplo. E notem que esse agente não está pedindo equiparação com auditor fiscal; ele não entrou com uma ação para se transformar em auditor fiscal.

Deputado Gilberto Brito, preste atenção, essa ação não é para que ele se transforme em auditor fiscal, mas, sim, para que continue – mantendo a sua condição

de agente de tributos – recebendo o mesmo salário de agentes de tributos. Então não altera absolutamente nada. O que ele argumenta é que antes dessa lei exercia função similar à de auditor fiscal. E como naquela época não existia uma lei, agora ele pede a diferença daquele período.

É preciso ficar bem claro que não é equiparação com auditor fiscal. Se vai ser vitorioso nessa ação ou não, é a Justiça quem vai determinar. Ela vai dizer se é correto, se é errado, se vai obter vitória ou não. Agora, o fato objetivo é que não houve nenhuma ação exigindo a equiparação do agente de tributo com o auditor fiscal.

E diria até que a aprovação dessa lei foi um grande avanço, pois melhorou muito o funcionamento, o trabalho da Secretaria da Fazenda, dos agentes de tributos e dos auditores fiscais. Porque o que acontecia anteriormente era uma anomalia inaceitável, e veio o projeto de lei para resolver isso, essa irregularidade, estabelecendo quais são as funções do auditor fiscal e do agente de tributos. Ao estabelecer isso, deixou bem claro o que cada um faz. Na realidade, antes de se estabelecer essas funções, os agentes de tributos, efetivamente, terminavam exercendo as atribuições dos auditores fiscais de uma forma irregular, inaceitável.

Portanto, o projeto de lei veio no sentido de resolver esse problema. E resolveu. Tanto resolveu que melhorou sensivelmente a fiscalização no Estado da Bahia.

Não podemos pegar um exemplo que... Inclusive, ele não pede equiparação, apenas reivindica uma diferença passada, mas continua sendo agente de tributos. Portanto, é bom deixar bem claro: agente de tributos é agente de tributos e auditor fiscal é auditor fiscal.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza):- Com a palavra o nobre Líder do PR para falar ou indicar orador, pelo tempo de até 10 minutos.

Não há orador.

Com a palavra o Líder do governo e da Maioria ou o do Bloco Parlamentar PP/PMN para falar ou indicar orador, pelo tempo de 10 minutos.

Não há orador.

Com a palavra o nobre Líder do PMDB para falar ou indicar orador, pelo tempo de 10 minutos.

Não há orador.

Com a palavra o nobre Líder da Minoria ou o do Democratas para falar ou indicar orador, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr^a Presidente, falará, por todo o tempo, o deputado Gaban.

Até peço ao deputado Gaban que me explique, porque não entendi, o que o deputado Álvaro Gomes colocou a respeito desse projeto, pois fiquei sem entender essa situação. Gostaria de que V.Ex^a esclarecesse à população baiana, deputado.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza):- Com a palavra, por todo o tempo, o deputado Gaban.

O Sr. GABAN:- Agradeço-lhe, meu caro deputado Heraldo Rocha, pelo tempo que V.Ex^a me concede.

É importante esclarecer à sociedade baiana e aos parlamentares desta Casa. Existem duas, deputado Álvaro Gomes. Antes da aprovação do projeto inconstitucional, pela Assembleia Legislativa, que deu a possibilidade de atribuições privativas dos auditores fiscais serem exercidas pelos agentes de tributos, essa inconstitucionalidade já vinha, em outras palavras, sendo requerida pelos agentes de tributos.

Os agentes de tributos diziam que exerciam as mesmas funções que os auditores fiscais, o que não é verdade. Eles são auxiliares dos auditores fiscais, está muito claro. Foram contratados para realizar atividades para dar subsídios aos auditores fiscais, que entraram no Estado através de concurso público, quando foi-lhes exigida escolaridade em nível superior. Ao passo que os agentes de tributos também entraram no Estado através de concurso público, mas foi-lhes exigida escolaridade em nível médio, e por isso que são auxiliares dos auditores. Mas muitos agentes entraram na Justiça, dizendo que exerciam as mesmas funções.

A Procuradoria Geral do Estado, em todas as defesas que fez do Estado da Bahia, sabe o que alegava no Tribunal de Justiça, deputado Heraldo Rocha? Que era inconstitucional o que eles estavam querendo. A defesa que o Estado sempre fez, e no governo Jaques Wagner ganhou várias ações no Tribunal de Justiça, é que não poderia ser atendido o pleito dos agentes de tributos, que a Constituição era muito clara e que eles eram auxiliares. Que dar o mesmo salário, o que eles pretendiam, seria riscar o que determina a Constituição Federal em relação ao concurso público: que a pessoa não pode assumir um outro cargo sem prestar o concurso público para tanto. Essa é a defesa que o governo do Estado, através da Procuradoria do Estado, sempre fez.

E o que aconteceu? O secretário Carlos Martins e o PC do B, de Álvaro Gomes, promovem um trem da alegria. Já que estão perdendo todas na Justiça, e não poderia ser diferente, porque os próprios procuradores do Estado têm que respeitar o que determina a Constituição e zelar pelo dinheiro público, e derrubavam todas as ações dos agentes dos tributos. Aí o que aconteceu? “Vamos fazer um trem da alegria. Vamos submeter à Assembleia um projeto inconstitucional para ver se os agentes de tributos têm a remuneração que a gente quer dar”. Porque esse é um compromisso de campanha de Carlos Martins, do governador, ou seja lá de quem for.

Então impuseram à Assembleia Legislativa a inconstitucionalidade de um projeto, para ver se dessa forma os agentes de tributos conseguem ter uma remuneração de auditores fiscais. Mas não pode! É o que eu venho dizendo: vocês vão promover um trem da alegria. Ouviu, deputado Álvaro Gomes, em vez de V. Ex^a. ficar anotando aí, porque a pessoa de lá da secretaria da Fazenda não tem coragem de vir aqui debater, aí fica dando informações erradas para expor V. Ex^a. Para expor a Maioria desta Casa. Porque Carlos Martins vem aqui, mas não debate, ele foge do debate. Por que ele não vai a uma das emissoras debater comigo? Porque ele tem medo da verdade. Vocês apadrinharam politicamente a Secretaria da Fazenda . Estão

promovendo mais um trem da alegria. Queriam dar um salário para o resto da vida desse governador, que já jogou a toalha, sabe que não vai mais para lugar nenhum. Ele quer ter um salário eterno, deputado João Bacelar, para o resto da vida como se fosse governador. Porreta! Porreta! O cara, depois de ser governador do Estado, acha pouco, quer ficar o resto da vida recebendo dinheiro, recebendo assistência militar, recebendo carro, recebendo secretária. É uma imoralidade!

Vocês estão querendo que a Assembleia só faça imoralidades. Só não foram à frente... E o governador, que deu o parecer favorável, recuou, porque a imprensa bateu. Os segmentos da sociedade da Bahia se manifestaram, aí houve o recuo. Espero que apareçam os cinco autores desse projeto. E eu lhe garanto, deputado, que eu não sou, porque eu não estou entre os 46 que assinaram essa imoralidade. Se tem 5 que encabeçaram, os 5 têm de aparecer, porque induziram os outros 41. Porque senão a Casa vai ficar enlameada. E eu gosto do Poder Legislativo, mesmo meu nome não estando no meio, não quero que os outros 62 fiquem. Então tem que dar os nomes, como tem que dar os nomes, deputado Álvaro Gomes, do trem da alegria que vocês estão patrocinando. Vocês fizeram a Assembleia errar.

O Tribunal da Justiça, na semana passada, disse que o teto é o do desembargador, como nós estamos defendendo. Vocês estão querendo dar uma aposentadoria o resto da vida para Jaques Wagner e ao mesmo tempo não querem aumentar o salário dele agora, porque é época de eleição. Porreta! Então rasguem a Constituição do Estado da Bahia! Parem de demagogia barata!

Eu não iria criticar o salário do governador, não, porque eu acho que é pouco para quem trabalha. Acho que é muito pouco ganhar vinte e poucos mil, como ganha o desembargador, acho pouco pelas responsabilidades que um governador tem. Agora, é imoral, como V. Ex^{as} querem receber para o resto da vida. Ficar 4 anos num governo e receber para o resto da vida é imoral, aí não pode! Como é imoral esse trem da alegria que o PC do B patrocinou.

Põem o coitado do Álvaro Gomes para justificar o injustificável. As ações, deputado Álvaro Gomes, devem ser claras. A Procuradoria do Estado da Bahia derrubou todas que o PCdoB patrocinava para dar isonomia salarial para os agentes de tributos. Por isso que vocês aprovaram esse projeto inconstitucional aqui, mas nós vamos derrubá-lo no Supremo Tribunal Federal. E, agora, esse trem da alegria que já começa agora, sabe quanto vai dar isso por ano, deputado Álvaro Gomes? Em torno de 60 milhões de prejuízo para os cofres do Estado. Quem vai pagar isso é a população! E o compromisso político do PC do B e esse guardador de livros chamado Carlos Martins, que só faz o que o PC do B manda. Mas o PC do B não tem responsabilidade com o ônus, com o dinheiro, é o PC do B que contrata 3, 6 milhões, através de dispensa de licitação para treinamento. E se esquece o PC do B que esse governo investiu este ano em torno disso em segurança pública; 30% do que investiu em segurança pública querem dar em treinamento, isso é imoral. Contratam um crédito de 12 bilhões, lá em Correntina, investem 13 milhões em segurança pública e contratam um prédio em Correntina, a mesma Secretaria do PCdoB, um prédio de 12 milhões. Quando está vigorando no mundo inteiro a nota fiscal eletrônica, na Bahia, é

um retrocesso o que está se gastando em segurança pública, e vai gastar num prédio, lá em Correntina, e vem aqui querer justificar o injustificável.

Deputado Álvaro Gomes, não se exponha ao ridículo de dar informações erradas, mande qualquer um deles para debater comigo numa emissora que eu vou mostrar a verdade. Eles não têm coragem e ficam expondo os coitados dos parlamentares, dando informações mentirosas a V.Ex^{as}, como deram informações mentirosas quando V. Ex^{as} aprovaram aquele projeto, aquele plano aí, sei lá, não posso chamar de projeto, inconstitucional aqui na Casa e que nós vamos derrubar com uma Adin lá em Brasília, já entramos com uma Adin e vamos derrubar. Agora, não podem é tapar o sol com a peneira. V. Ex^{as} quiseram criar um trem da alegria, que vai beneficiar em torno de mil agentes de tributos, que querem isonomia salarial, rasgando, tentando rasgar...

Eu quero ver, deputado Leur, deputado Gildásio, porque a própria Procuradoria do Estado vai derrubar isso aí, dizendo que é inconstitucional, vai ter que dizer que o projeto que nós aprovamos aqui é pior, é inconstitucional. Aí, eu quero ver a cara de tacho do PCdoB e do guardador de livros, Carlos Martins, porque secretário da Fazenda, para a nossa tristeza, ele não é, porque a Bahia é o último Estado do Nordeste em crescimento de arrecadação e o penúltimo do Brasil e, nesses 8 meses, gastou com folha de pessoal 645 milhões a mais do que arrecadou com o ICMS. Isso é uma incompetência que deixa quem gosta da Bahia triste, mas deixa, pelo jeito, satisfeito o PCdoB e Carlos Martins.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. João Carlos Bacelar:- Questão de ordem, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza):- Questão de ordem do deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. Álvaro Gomes:- Questão de ordem, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza):- Questão de ordem do deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr^a Presidente, esta Casa tem sido silenciada desde que o governador Wagner tomou posse. O governador fez a cooptação de deputados nesta Casa, a base do governo não vem, e fico aqui a me perguntar. Um governo em que um secretário diz que há quadrilhas, um governo em que um Líder do Partido dos Trabalhadores diz que uma empresa do governo é utilizada para o assistencialismo e o clientelismo e que a máquina administrativa é usada despudoradamente pelos partidos políticos...

A Bahia vive um retrocesso no governo Wagner, um retrocesso de princípios, seja do ponto de vista ético, seja do ponto de vista democrático. Há toda uma trama para se perpetuarem no Poder. O problema é que a incompetência, a mediocridade administrativa deste governo são tão grandes que os baianos já não aguentam. Fizeram acordos de cúpula, acordos e mais acordos na calada da noite, e espero que tenham sido acordos políticos, porque um governo em que um secretário de Estado diz que há quadrilhas dentro da máquina administrativa dá à Oposição o direito de

pensar que esses acordos também podem ser acordos quadrilheiros, porque, deputado Álvaro Gomes, se discute tudo, menos o interesse coletivo, aliás, o que é próprio do Partido dos Trabalhadores e dos partidos que seguem o PT. Tratam da coletividade, com esta fora dos benefícios. É assim que eles agem: reúnem-se em nome do interesse público, mas com o interesse público fora!

Vimos, hoje, aqui, deputado, a denúncia de que existem quadrilhas no governo Wagner, com a denúncia contra a Bahia Pesca e contra o projeto de lei patrocinado pelo Sr. Secretário da Fazenda e pelo PCdoB-Partido Comunista do Brasil, porque se aparelhou a máquina fazendária e o governador Jaques utiliza a máquina fazendária como instrumento de coerção, cooptação política, e isso denunciemos aqui!

Enviamos tais denúncias ao Ministério Público, que, entretanto, se mantém cego, surdo e mudo com relação às graves denúncias feitas em razão das disfunções da administração Wagner. Por isso, Sr^a Presidente, é que a gente fala, até no intuito de chamar a atenção da Bahia, sobre o esvaziamento da Assembleia, que só serve para patrocinar, hoje, projetos de interesse pessoal e político do governador Wagner, mas os seus deputados não vêm aqui!

Será que estão em uma das secretarias dominadas por alguma quadrilha? Onde estão os deputados da Base do governo? Onde está a Bancada governista, para vir discutir o modelo de segurança pública carioca, que é imitado na Bahia? A questão está aí: a ordem para os ataques, ontem, no Rio de Janeiro, partiram de um presídio do Paraná, para onde foram mandados traficantes baianos! Então foram para alguma escola, pois para isso é que está servindo aquele presídio!

Por isso, solicito a V.Ex^a mandar proceder a uma verificação de quorum para continuação desta sessão.

O Sr. Álvaro Gomes:- Questão de ordem.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza):- Questão de ordem, deputado.

V. Ex^a, deputado João Carlos Bacelar, será atendido na sua solicitação, mas vou conceder uma questão de ordem ao deputado Álvaro Gomes.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr^a Presidente, é lamentável a indelicadeza do deputado João Carlos Bacelar, que, exatamente no horário da Maioria, nos 10 minutos que restam para o término da sessão, pede uma questão de ordem.

Isso é lamentável, porque isso reflete a rejeição ao debate e o receio dele nesta Assembleia. No momento de debater, o deputado João Carlos Bacelar pede uma questão de ordem para derrubar a sessão, porque lhe faltam argumentos! Peço, por conseguinte, nobre presidente, Maria Luiza, que sejam observados os 15 minutos, quando falarei para que a gente possa debater essa questão.

Diria ao deputado João Carlos Bacelar que o Partido Comunista do Brasil não é raivoso, mas está acostumado com os raivosos. Ao longo da sua história, desde quando foi fundado, em 1922, o PCdoB enfrentou muitos raivosos, muitos ditadores, muitos fascistas, mas continua mais firme do que nunca. O Partido Comunista continua defendendo a democracia e a justiça social.

Temos o argumento e temos um projeto. Temos o projeto de construção de uma nova sociedade e, portanto, não temos nenhum receio de enfrentar raivosos. Os

raivosos que atacam o Partido Comunista do Brasil podem ter certeza de que o Partido Comunista continuará firme buscando construir uma nova sociedade, enfrentando os autoritários, os antidemocratas, os fascistas - se tiver que enfrentar -, os nazistas, enfim, a bandidagem, as quadrilhas. São 87 anos enfrentando aqueles que querem acabar com a democracia, enfrentando ditadores, setores reacionários. E o Partido Comunista não se intimidará com as ações de raivosos.

O Partido Comunista tem princípios, tem projetos, busca construir uma sociedade e vai construir. E o Partido Comunista cresce e se desenvolve e, sem dúvida nenhuma, a população tem reconhecido o trabalho do nosso partido.

Portanto eu queria que V.Ex^a observasse os 15 minutos. De antemão, peço uma questão de ordem depois do deputado Elmar, nos 15 minutos, para que possamos, pelo menos, fazer algum debate. Lamentavelmente, há aqueles que se negam a debater, que têm receio do debate e da polêmica. Colocam aqui uma série de inverdades, de absurdos, e se negam a debater, a ouvir o outro lado. Isso mostra o caráter antidemocrático dessas pessoas. Porque democracia significa debater, significa fazer o que eu fiz, conceder o aparte àqueles que solicitam. Democracia não é cortar a palavra na hora que o parlamentar vai responder, debater a questão colocada aqui por ele. Isso é falta de democracia, é autoritarismo. E eu só tenho a lamentar. O deputado João Carlos Bacelar não tem o costume de fazer isso, mas, infelizmente, não sei por que utilizou desse mecanismo aqui hoje.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza):- Deputado Álvaro Gomes, a sua solicitação vai ser atendida.

Solicito que zerem o painel.

(A Sr^a Presidenta faz soar as campainhas.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza):- Convidamos os Srs. Deputados que se encontram nos seus gabinetes, no cafezinho, que venham a este plenário pois há uma solicitação de verificação de quorum para continuidade da presente sessão.

Questão de ordem para o deputado Elmar Nascimento conforme solicitado.

O Sr. Elmar Nascimento:- Minha querida presidente, para mim é um prazer muito grande fazer esta questão de ordem no momento em que temos V.Ex^a presidindo a sessão, querida amiga.

Faço esta questão de ordem me lembrando de um provérbio antigo que trata das relações entre os governantes e os governados que diz que sempre que exercermos os nossos mandatos devemos fazê-lo com um olho no rei e o outro olho no povo, em especial, aqueles que fazem parte de qualquer base de sustentação ao governo.

A Assembleia Legislativa da Bahia em determinados momentos, e este tem sido um desses momentos nesta Casa, tem tomado medidas absolutamente impopulares que vão contra o anseio da sociedade, medidas que são mais do que isso, são imorais.

Falo isso para dizer que aprovamos e votamos, eu votei e aprovei neste ano, uma PEC que estabeleceu o direito à estabilidade econômica para deputado. Defendo isso em qualquer lugar, não vejo por que o parlamentar ter um conceito diferente e ser

penalizado em função do exercício da sua atividade parlamentar. Não tenho dificuldade nenhuma, apesar de não ser beneficiário da medida, de em qualquer lugar defender uma coisa que conscientemente fiz. Agora, tentar, num instante como este de crise financeira, criar uma classe privilegiada, que é beneficiada em detrimento dos funcionários públicos do Estado e dos aposentados em geral, mais do que imoral é um acinte à sociedade.

O presidente da Assembleia, que tem o dever de zelar pela Casa, recusa uma coletiva e traz um anúncio expondo-a, ao invés de usar da sua prerrogativa de presidente para defender este Poder. A PEC, apesar de não ter a sua assinatura, por conta de que o presidente não pode assinar, ele é mais do que o patrono, é o padrinho dela, o mentor intelectual, foi quem saiu cassando assinatura de deputados. Digo isso porque a mim próprio o presidente pediu assinatura e eu me recusei a dar, dizendo que era contra por esses motivos.

Portanto, é uma medida que não contribui em nada para a sociedade, desgasta a imagem da Assembleia Legislativa e que, em tempo, é retirada. Eu quero dizer que o presidente não tem o poder, depois de protocolada, ou entregue um projeto de emenda constitucional com 46 assinaturas, que ele afirma ter, e eu não acredito, porque não foi protocolada, ele apenas quer diluir, ao invés de proteger esta Casa, com os outros deputados, do desgaste que ele mesmo trouxe apresentando uma medida imoral como essa. Quero que fique bem clara a minha posição porque o presidente não fala claramente. Ele diz que tem deputados que assinaram, tem que dizer os nomes, deputados de governo e da Oposição, para que fique clara a minha posição de que não assinei.

Sou absolutamente contra isso e lutarei com todas as minhas forças para que uma medida como essa não seja aprovada. Não conheço nenhum ex-governador da Bahia que necessite desse salário para sobreviver. É uma medida imprópria, imoral, que cria uma classe de beneficiados. Essa medida que o Sr. Presidente quer dividir conosco, ele vai levar até o fim da vida como parte da sua biografia, não comigo. Não participei, não participo desse tipo de coisa. Há deputados que fizeram apenas porque ele pediu a assinatura, é difícil negar ao presidente, como medida de apoio para tramitar a emenda, esses deputados são contra inclusive. Não acredito que essa emenda, mesmo o presidente querendo patrociná-la, resista porque vai na contramão da sociedade, vai na contramão da emenda, sei que vários signatários iriam retirar a assinatura.

O presidente retirou, houve reação de toda a classe política, como o deputado ACM Neto, o presidente do PMDB e a imprensa, em geral todos são contra. O presidente achava e estava convencido de que devia retirar - nem o seu chefe o governador Jaques Wagner! - porque estava trazendo um prejuízo eleitoral muito grande por ser inoportuna. Uma medida que cria uma classe de privilegiados em detrimento da pobreza e das dificuldades que passam as classes dos aposentados baianos é mais do que impopular, é uma emenda mais do que inoportuna, é uma emenda imoral. Essa pecha a Assembleia Legislativa não poderia nesta legislatura com a nossa participação ir à frente.

Fico satisfeito que tenha sido retirada, mas a bem da verdade o presidente tem que ter coragem de assumir o desgaste de uma medida que ele aumentou, que ele patrocinou, que ele apadrinhou e ele é o único responsável, junto com seu chefe Jaques Wagner.

Muito obrigado.

O Sr. Álvaro Gomes:- Questão de ordem, Sr^a Presidenta.

A Sr^a Presidenta (Maria Luiza Carneiro):- Questão de ordem, deputado Álvaro Gomes.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr^a Presidenta, eu lamento muito, mas vamos utilizar aqui os 25 minutos, pois o deputado João Carlos Bacelar não permitiu que eu falasse nos dez minutos que restavam, ou seja, para proibir que um deputado fale, utiliza-se 25 minutos, que é o tempo das questões de ordem. Por conseguinte, isso termina prejudicando o debate, a discussão. Acho que neste Parlamento precisa haver um debate tranquilo. Considero que cada deputado tem o direito de ter as suas posições, porém a coisa mais bonita que acho é o respeito às divergências, às opiniões e à democracia.

Acho ainda que o deputado João Carlos Bacelar não foi democrático ao cercear-me o direito de falar durante 10 minutos. Ele foi antidemocrático, autoritário, e não aceitou o debate. Vejam que no momento não teria a oportunidade de realizar um debate tranquilo em apenas cinco minutos. Mas continuaremos o debate numa outra sessão plenária, pois gostaria de tecer alguns comentários contestando algumas afirmações do próprio deputado João Carlos Bacelar no que diz respeito à Secretaria da Saúde.

Bem, quando está dando certo, está melhorando as condições de vida da população, o governo termina contrariando alguns interesses. Isso ocorre em qualquer governo, porque administrar significa contrariar interesses, seja os da burguesia seja os dos menos favorecidos. Este governo, ao favorecer as camadas populares e as mais necessitadas, com as quais tem compromisso, contraria os interesses da burguesia.

Não sei, exatamente, qual é a preocupação do deputado Gaban com relação ao Fisco. Também não entendi muito por que ele estava tão tenso e nervoso em sua fala na tribuna. Acho que o debate deve ser tranquilo e democrático e gostaria de contestar algumas observações do deputado Gaban ao criticar o projeto do Fisco aprovado por esta Casa. Citarei, pois, alguns dados só para que se tenha uma ideia dos resultados obtidos pelo governo após a aprovação do referido projeto; repito, após a aprovação do referido projeto.

Vejamos então: com relação ao crédito reclamado e a lavratura de autos, houve um aumento de quase 100%, ou seja, os números pularam de R\$18 milhões para R\$35,7 milhões, em comparação ao mesmo período do ano anterior. Então, de abril a setembro de 2008, foram R\$18 milhões e, de abril a setembro de 2009, foram R\$35 milhões. Na Região Metropolitana de Salvador, o crescimento foi da ordem de 180% - repito, 180% e, em Salvador, de 187%. Isso mostra que, após a aprovação do projeto de lei por esta Casa, a fiscalização tem sido muito mais eficiente e dado resultado concretos. Os números não mentem; repito, os números não mentem! A

lavratura de autos cresceu mais de 100%! Só na Região Metropolitana de Salvador o crescimento foi de 180% e, em Salvador, de 187%. Isso mostra, deputado Gaban, a eficiência da lei aprovada aqui na Assembleia Legislativa.

A fiscalização melhorou sensivelmente e sem maiores problemas, porque o auditor fiscal continua sendo auditor fiscal, e o agente de tributos continua sendo agente de tributos.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza):- Questão de ordem, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Prezado deputado Álvaro, eu gostaria de dizer a V.Ex^a que não estamos discutindo, neste momento... Vou até pegar os dados de V.Ex^a, vou checar, acredito que há, naturalmente, respaldo para V.Ex^a ter apresentado esses números.

O cerne da questão não é esse, o que estamos discutindo aqui é a inconstitucionalidade de um projeto aprovado pela Assembleia Legislativa. O que estamos discutindo aqui é que quando da aprovação desse projeto inconstitucional eu alertei da tribuna. As Galerias estavam repletas de agentes de tributos, eles diziam que não e eu dizia que sim, que na medida em que aprovássemos aquele projeto inconstitucional os agentes de tributos iriam entrar na Justiça, respaldados por aquele projeto, para pedir isonomia salarial. O que está se discutindo é isso, nem é o caso de levantar muitos detalhes.

Realmente eu falei chateado, porque fico triste em ver a situação da Bahia. V.Ex^a apresenta uns números que, infelizmente, me deixam triste, são irrelevantes. A Bahia continua sendo o último Estado do Nordeste em crescimento de arrecadação no ano de 2009. Está dez pontos atrás do Estado da Paraíba. Não tenho nada contra o Estado da Paraíba, mas a Bahia é o sexto Estado mais forte do País, não pode estar dez pontos atrás do crescimento de arrecadação da Paraíba, não pode continuar no penúltimo lugar em crescimento de arrecadação no Brasil.

V.Ex^a apresenta os números, rebate esses números que eu estou apresentando. Eu quero ver a Bahia voltar a ser um dos primeiros, não ficar em último lugar, nem ser o penúltimo do Brasil, isso me irrita.

A Bahia está dependendo das autorizações que demos ao BID e ao BNDES, porque se não fosse, deputada Maria Luiza, esses empréstimos que autorizamos, o Estado não teria nem como pagar a folha de pessoal. Por isso que não quiseram dar uma cópia do contrato do BID para eu fiscalizar, mas eu vou conseguir.

Ao invés de usarem em investimentos novos, estão usando para folha de pagamento e pagamento de faturas do ano passado.

Um governo sério faz empréstimos – nós aprovamos com esse intuito – para fazer novos investimentos na Bahia, e agora apresenta esses números de balela, que não são nada, porque a Bahia continua o último do Nordeste.

Estamos dizendo que, com esse trem da alegria que está sendo patrocinado pela Secretaria da Fazenda, meu caro deputado Álvaro Gomes... Não culpo V.Ex^a, não, estão dando os números, V.Ex^a tem o dever de defender, mas eu tenho obrigação de fazer a Constituição do Estado da Bahia ser respeitada.

Esse trem da alegria que está sendo patrocinado pelo partido de V.Ex^a, o PCdoB, vai dar em torno de R\$ 60 milhões de prejuízo por ano para o Governo do

estado. Serão quase mil agentes de tributos que terão, em média, 40% de aumento no seu salário, é isto que temos que discutir.

A Bahia tem que estar atenta a isso. Não pode haver descuido com o dinheiro público como está havendo, não pode.

Por isso a Bahia continua gastando e já gastou, repito mais uma vez, para ficar na memória, neste nove meses, R\$ 645 milhões com folha de pessoal a mais do que arrecada o ICMS. Ele está querendo dizer que melhorou a arrecadação porque nós aprovamos um projeto inconstitucional.

Nós juramos respeitar a Constituição do Estado da Bahia, é sobre isso que estou alertando a Casa. Desrespeitamos, e ao desrespeitar o juramento que a maioria fez, eu não, continuo respeitando a Constituição que eu jurei respeitar, estamos dando motivo.

A Maioria, os deputados ligados a Jaques Wagner estão patrocinando agora o trem da alegria, porque aprovaram um projeto inconstitucional. Quero ver como é que a Procuradoria do Estado vai justificar, sabe o que vai dizer? “O projeto que a Assembleia aprovou é inconstitucional”. E aí eles vão ter de derrubar esse trem da alegria, tendo em vista que o governo não vai ter condições de pagar.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza):- Concluído o tempo regimental e havendo a presença de apenas 9 Sr^{as} e Srs. Deputados, declaro encerrada a presente sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*